



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 13 de fevereiro de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Participaram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Aurélio Gomes da Silva, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Raymara Carvalho Lima Cruz, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Whalassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausente: Alcemir da Conceição Costa. Ante a ausência momentânea do primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, o presidente, Amauri Alberto Pereira de Sousa, solicitara ao segundo-vice-presidente, Rubem Lopes Lima, que assumisse os trabalhos da Secretaria. Verificado quórum regimental, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos procedeu à leitura dos versículos de 1 a 5 do capítulo 103 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 5ª Sessão Ordinária do 1º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que os vereadores Rubem Lopes Lima e Whelberson Lima Brandão solicitaram dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, que constava do Ofício Circular nº 37/2025, de seu autoria, por meio do qual convidava os vereadores a participarem, em 13 de março, a partir das 8h30min, no Plenário Léo Franklin, da Sessão Solene Alusiva do Dia Internacional da Mulher, assim como informava que cada vereador poderia indicar uma homenageada para receber a honraria a ser entregue na ocasião. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação de: Projeto de Lei Complementar nº 2/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Complementar nº 003, de 1º de setembro de 2020, que ‘Concede isenção do pagamento de taxas de alvará e vistoria aos operadores de táxi e mototáxi no Município de Imperatriz e dá outras providências’”; Projeto de Resolução nº 2/2025, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, que “Acrescenta o art. 227-A ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, com o objetivo de Instituir o Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Proposições e Estabelecer Normas para a Numeração das Proposições”. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

encaminhamento das mencionadas matérias às referidas Comissões Permanentes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de: Moção de Aplauso Nº 1, de autoria do vereador Adriano Lima Brito, aos soldados B. Yuri Silva e Sidney Costa, pela neutralização de ameaça de infrator e apreensão de revólver calibre 38 da marca *Taurus*, contendo quatro munições deflagradas e dois estojos não percutidos, ação que demonstrara o comprometimento e a bravura dos policiais militares na proteção da comunidade, garantindo a ordem pública e o bem-estar da população de Imperatriz; e doze Indicações: 41/2025, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da revitalização da pavimentação asfáltica da Rua C, no Bairro Conjunto Vitória; 50/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Marcelino Tavares de Moraes, da recuperação asfáltica da Av. Tropical Centro (entre a Av. Jacob e a Rua D4), bem como da Rua D4 (entre as Ruas C7 e A4), no Jardim Tropical; 58/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior, ao secretário estadual de Infraestrutura, Aparício Bandeira Filho, aos deputados federais Hildelis Silva Duarte Junior e Josivaldo dos Santos Melo, ao presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense, Vagtônio dos Santos Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, com fundamento na solicitação já formulada, via ofício, ao Governo do Estado, da firmação de parceria para a construção de hospital veterinário em Imperatriz; 59/2025, de autoria da vereadora Renata Sousa Nascimento, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da construção de Capela Mortuária, bem como de muro do lado esquerdo do cemitério municipal localizado na Av. da Universidade, no Bairro Bom Jesus; 61/2025, de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, da execução de operação tapa-buracos ou recapeamento das Ruas Dom Pedro I e II (entre os Parques Anhanguera e do Buriti, Bacuri, o Bairro União e o Centro); 68/2025, de autoria do vereador Francisco Messias, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo - JP, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, do bloqueamento das Ruas Venezuela, Colômbia, Costa Rica e Panamá, bem como da revitalização da Av. Brasil, no Jardim América; 71/2025, de autoria da vereadora Terezinha de Oliveira Santos, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, em caráter de urgência, da instalação de Unidade Básica de Saúde - UBS no Povoado Nova Bacaba, localizado na Estrada do Arroz [Rodovia Padre Josimo Tavares - MA-386]; 97/2025, de autoria do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, ao governador Carlos Orleans Brandão Júnior e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, da firmação de parceria para o



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

recapeamento asfáltico da Rua Estocolmo, no Parque Alvorada I; 104/2025, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo - JP, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião Oliveira, da firmação de parceria para a construção de posto de saúde e creche escolar no Colina Park; 112/2025, de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, José Marcelino Tavares de Moraes, e ao secretário municipal de Segurança Pública Integrada, Ricardo Seidel Guimarães, da firmação de parceria para a retomada do serviço de segurança e limpeza em toda a área do Panelódromo; 129/2025, de autoria da vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, da recuperação estrutural urgente da Unidade de Pronto Atendimento - UPA do Bairro São José; 35/2025, de autoria do vereador Aurélio Gomes da Silva, ao deputado federal, Rubens Pereira Júnior, ao governador Carlos Orleans Brandão Junior, à secretária de Estado de Educação, Jan-dira Dias, ao presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste Maranhense, Vagtônio dos Santos Brandão, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e à secretária municipal de Educação, Genilza Sipião, da firmação de parceria para a construção de quadra poliesportiva na Escola Municipal Machado de Assis, na Vila Nova. Imediatamente, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão a Moção de Aplauso de autoria do vereador Adriano Lima Brito, que declarou que os dois policiais militares objetos da proposição representavam todos os policiais militares, que se dedicavam ao trabalho com abnegação porque, embora não fossem devidamente valorizados, mantinham compromisso com a segurança pública, a propósito do que lamentou que o governador Carlos Orleans Brandão Junior limitasse a atenção à segurança pública à aquisição de viaturas e armamento, desconsiderando a necessidade de reconhecimento do valor do material humano, homens e mulheres que compunham a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros de Imperatriz, momento em que acrescentou que, enquanto estivesse na Casa, seria a voz dos militares e cobraria de forma incansável a valorização profissional desses homens e mulheres que fazem a diferença na segurança pública do Estado. A seguir, o edil Adriano Lima Brito argumentou que a Moção de Aplauso em Pauta visava ao reconhecimento do ato de bravura de dois militares que se dirigiam ao trabalho, mas ainda em momento de folga, depararam-se com indivíduo armado, faccionado, que praticaria homicídio, quando os dois policiais militares objetos da proposição, Yuri Silva e Sidney Costa, haviam agido de forma rápida e eficiente e impediram a prática de mais um assassinato na cidade, ocasião em que haviam efetuado a prisão do acusado e a apreensão de arma de fogo. Por fim, o vereador Adriano Lima Brito frisou que a aprovação da matéria prestigiaria não somente os referidos militares, mas toda a tropa da Polícia Militar de Imperatriz. Ao se manifestar, o vereador Francisco Messias da Silva expressou apoio à Moção de Aplauso de autoria do colega Adriano Lima Brito, no que foi seguido pelo edil Rubem Lopes Lima e pelo presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, que assinalaram que não se poderia falar de segurança pública sem falar dos profissionais que se encontravam na frente de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

batalha no dia a dia. Como ninguém mais se pronunciasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Moção de Aplauso em Pauta, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do edil Rubem Lopes Lima, que enfatizou a necessidade da execução de obra de recapeamento das Ruas B e C, no Conjunto Nova Vitória, as quais se encontravam intrafegáveis, em prejuízo do direito da comunidade de se locomover, a propósito do que lamentou que o ônibus do transporte coletivo de passageiros houvesse precisado mudar sua rota, por consequência das más condições da Rua C. Ao fazer uso da palavra, solicitou permissão para subscrever a matéria o edil Jhony dos Santos Silva. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 41/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, que comentou que, embora se localizasse um pouco distante do Centro, o Jardim Tropical se encontrava próximo da Estação Rodoviária, de modo que se fazia necessária no local a recuperação asfáltica da Av. Tropical Centro (entre a Av. Jacob e a Rua D4), bem como da Rua D4 (entre as Ruas C7 e A4), no Jardim Tropical. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os vereadores Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Francisco Messias da Silva e Jhony dos Santos Silva. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, submeteu a votação a Indicação Nº 50/2025, que recebeu a aprovação da unanimidade dos edis participantes. Instantes depois, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, quando frisou a necessidade da construção de hospital veterinário em Imperatriz. Ao fazerem uso da palavra, expressaram apoio à causa animal e se dispuseram a subscrever a matéria os vereadores Rubem Lopes Lima, Wallassy de Oliveira Barros, Rosângela Aparecida Barros Curado, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Francisco Messias da Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Raymara Carvalho Lima Cruz, Aurélio Gomes da Silva, Mesaac Cirqueira Santiago, Elias Ferreira de Holanda Júnior e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Nessa ocasião, o vereador João Ferreira da Gama Júnior frisou que trabalhava na área veterinária e tinha conhecimento do alto custo que implicava a criação de um *pet*. Ao fazer uso da palavra, o edil Aurélio Gomes da Silva comentou que o “Socorrão II” ainda não fora inaugurado, embora se destinasse a seres humanos, de forma que julgava pouco provável a construção de hospital veterinário, mas afirmava seu apoio à proposição. Ao retomar a palavra, o autor da matéria em discussão, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, declarou compreender o posicionamento do vereador Aurélio Gomes da Silva, mas disse acreditar que a sociedade esperava da Casa Legislativa uma mudança na postura que, segundo ele, predominara em legislaturas passadas. Em seguida, o orador ressaltou que o presidente da Casa, Adhemar Alves de Freitas Júnior, vinha se destacando como um líder à altura do Parlamento e que, em conjunto com os demais vereadores, não tinha dúvidas de que haveriam de escrever nova história na condução dos trabalhos legislativos. Logo depois, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos ressaltou a importância de a Câmara Municipal



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

buscar diálogo mais próximo com o Governo do Estado, cobrando pautas que incluíssem o envolvimento direto dos vereadores, argumentou que não se podia mais aceitar a manutenção de uma comunicação intermediada por emissários, sendo necessário estreitar essa relação, a respeito do que opinou que a criação de uma ponte de diálogo direto com o governador era medida urgente e indispensável, momento em que lembrou que o chefe do Poder Executivo estadual havia anunciado a instalação de gabinete no Município, reconhecendo Imperatriz como a segunda capital do Maranhão. A seguir, o parlamentar afirmou que o objetivo da Indicação por ele apresentada era viabilizar um serviço público de atendimento veterinário que garantisse cuidados dignos e gratuitos aos animais em situação de abandono, destacou o respeito às milhares de pessoas que lutavam pela causa animal e reafirmou que a oferta desse serviço seria essencial, considerando sua natureza universal e de acesso irrestrito. Por fim, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos relatou que vinha atuando em parceria com o prefeito Rildo de Oliveira Amaral, com o secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, e com instituições de ensino, objetivando a concretização da proposta, a propósito do que informou que já havia solicitado apoio ao deputado federal Duarte Júnior [Hildelis Silva Duarte Junior] à requisição de Castramóvel para Imperatriz, tal como o existente no município vizinho de Açailândia. Por fim, o edil Rodrigo Silva de Medeiros Passos afirmou a certeza de que Imperatriz se destacaria na oferta de serviços públicos de qualidade para a saúde animal, em benefício tanto dos animais necessitados quanto da população que apoiava essa causa. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 58/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Ato contínuo, expôs a discussão a Indicação de autoria da vereadora Renata Sousa Nascimento, que apontou a carência de capela no Cemitério Bom Jesus, onde eram realizada missas a céu aberto, sob sol ou chuva, de modo que se fazia necessária a construção de capela no local. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Rubem Lopes Lima, Raymara Carvalho Lima Cruz, Wander son Manchinha Silva Carvalho, Francisco Messias da Silva, Wallassy de Oliveira Barros, Rosângela Aparecida Barros Curado, Mesaac Cirqueira Santiago, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Aurélio Gomes da Silva, Jhony dos Santos Silva, Terezinha de Oliveira Santos, Jorgiana Pinheiro Sousa, Adriano Lima Brito, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Whalassy de Oliveira Barros e Rodrigo Silva de Medeiros Passos. Nessa oportunidade, o vereador Rubem Lopes Lima acrescentou a necessidade de capela também no IML [Instituto Médico Legal], após o que a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz comentou que havia na cidade também a carência de funeral *home* público, visto que a locação de espaço particular para velório era inacessível às famílias de baixa renda. Nesta ocasião, a parlamentar Raymara Carvalho Lima Cruz convocou os colegas edis a se unirem na conjugação de esforços em prol do interesse coletivo imperatrizense. Neste ínterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a presença do secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, que se encontrava em Imperatriz em cumprimento de agenda oficial, de maneira que em breve anunciaria boas notícias para a cidade. A esse respeito,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa sugeriu ao presidente que concedesse a palavra ao secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, para que este comunicasse as boas novas que trazia à cidade, após o que registrou a presença também do secretário municipal de Esporte, Lazer e Turismo, Getúlio Ferreira Melo Júnior. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 59/2025, que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Nesta oportunidade, ao evocar o artigo 52, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação proposta de concessão da palavra ao secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, a qual foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Ao se manifestar, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, comunicou que na tarde daquele dia teria uma reunião com o prefeito Rildo de Oliveira Amaral para tratar da reforma do Estádio Municipal Frei Epifânio, cujo projeto contava com verba de emenda federal, a propósito do que informou que, no dia seguinte, ocorreria a última reunião com o superintendente da Caixa Econômica Federal - CEF, visando ao aceite necessário para o início do processo licitatório da referida obra, oportunidade em que destacou a relevância do Estádio Frei Epifânio da Badia para o fortalecimento e o fomento do esporte maranhense. Nesta ocasião, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, mencionou que a Companhia Estadual de Desenvolvimento Esportivo e Lazer - CEDEL havia reformado recentemente o Estádio Castelão, em São Luís, que, naquela semana, precisara interromper uma rodada do Campeonato Maranhense devido a fortes chuvas, a fim de viabilizar a manutenção e garantir a retomada do campeonato no sábado seguinte. Em seguida, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, enfatizou sua preocupação com as condições do Estádio Frei Epifânio, ressaltando a existência de uma ata que poderia viabilizar melhorias no local, após o que informou que pretendia discutir com o prefeito questões como a substituição do telão atual, de 2,5 por 4,30 metros, por novo equipamento, com dimensões de 3 por 5 metros; além disso, mencionou a necessidade de intervenção no sistema de som, considerado precário, e comprometeu-se a repassar posteriormente essas informações aos vereadores. A esse respeito, o secretário comentou que o processo de liberação dos recursos pela CEF vinha sendo moroso, situação que, segundo ele, era característica de trâmites envolvendo verbas federais. Logo depois, reafirmou a importância da reforma mencionada para o fortalecimento do esporte local e afirmou que até a semana seguinte teria uma posição definitiva a ser compartilhada com os vereadores, momento em que frisou que o governador Carlos Orleans Brandão Junior mantinha um compromisso especial com a região de Imperatriz e que a Lei de Incentivo ao Esporte vinha sendo utilizada como ferramenta eficaz no apoio a projetos sociais. Por fim, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, informou que o Projeto Alvorada, já implantado em 12 municípios maranhenses, beneficiaria também Imperatriz e concluiu reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento do esporte na cidade. Ao se pronunciar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, assinalou que as discussões da Casa às vezes incluía demandas da área dos esportes, de forma que esperava especial atenção do secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, às proposições dos vereadores



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

imperatrizenses. Ao voltar a fazer uso da palavra, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, acrescentou que o Governo do Estado havia apoiado todas as equipes de futebol maranhenses com aporte financeiro de duzentos mil reais, visando ao fortalecimento do esporte no Estado, a propósito do que ressaltou que o repasse fora realizado sem distinção entre as equipes, beneficiando igualmente times como o Sampaio Corrêa, Moto Club e Maranhão Atlético Clube, entre outros, após o que avaliou que o apoio governamental era fundamental para a manutenção das atividades esportivas, sobretudo diante da importância de um estádio adequado que acolhesse a torcida, a qual descreveu como o "décimo-segundo atleta", reconhecendo o papel fundamental dos torcedores no incentivo às equipes. Em seguida, o secretário destacou a atenção especial que o governador Carlos Brandão vinha dedicando a Imperatriz, por meio de investimentos em infraestrutura, saúde, educação e, especificamente, no fomento ao esporte, após o que frisou a necessidade de atenção às praças esportivas locais, dada a relevância do município como sede regional do maior evento esportivo educacional do Estado, que eram os Jogos Escolares Maranhenses - JEMs, momento em que enfatizou que tais eventos proporcionavam oportunidades significativas para jovens atletas, especialmente aqueles provenientes de municípios que, até então, não haviam participado de competições nacionais. Logo depois, o secretário relatou casos de jovens atletas que, graças ao incentivo esportivo, haviam obtido projeção nacional, mencionando, a título de exemplo, o time Jardim Atlético de Taboada, vice-campeão em competição escolar de nível nacional, momento em que explicou que o esporte, além de ser ferramenta de lazer, desempenhava papel relevante na transformação social e na formação de valores, oferecendo perspectivas de crescimento pessoal e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade. A seguir, destacou o sucesso do Projeto Alvorada, que, até aquele momento, já havia revelado 26 atletas para equipes da Série A do futebol brasileiro, enfatizou que o projeto não se limitava à formação esportiva, uma vez que exigia a matrícula regular dos participantes em instituições de ensino, além de promover o respeito aos professores e a valorização do convívio familiar, em relação ao que assinalou que, muitas vezes, o professor desempenhava o papel de figura parental para os jovens atletas, orientando-os na construção de relações interpessoais saudáveis e na melhoria do desempenho escolar. Posteriormente, o secretário dirigiu-se ao presidente da Casa e aos demais vereadores para assegurar que a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - Sedel permaneceria à disposição para colaborar com iniciativas que fortalecessem o esporte em Imperatriz, ocasião em que advertiu, no entanto, que, em razão de um decreto governamental, obras e reformas relacionadas com o esporte estavam sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Governo - Segov e da Secretaria de Estado de Infraestrutura - Sinfra; contudo, afirmou que a Sedel sempre buscava intervir e reforçar a relevância de projetos de interesse esportivo, visando à celeridade das obras necessárias. Por fim, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, reiterou o compromisso da gestão estadual com o desenvolvimento esportivo no município, manifestou confiança na continuidade das ações em prol da melhoria da infraestrutura esportiva e na promoção do esporte como ferramenta de inclusão social e de formação cidadã e agradeceu pela atenção dos parlamentares. Ao fazer



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

uso da palavra, o edil Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa ressaltou a relevância da presença de um representante do Governo do Estado na cidade, comentou que a visita do secretário propiciava a oportunidade de abordar um tema recorrente nas discussões relacionadas com o futebol local, agradeceu pela presença do secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, que saudou com votos de boas-vindas a Imperatriz. Em seguida, o vereador se dirigiu ao referido secretário, mencionando o time “Cavalo de Aço” [Sociedade Imperatriz de Desporto - SID], considerado o mais querido da região, momento em que recordou com emoção sua participação na torcida dessa equipe, bem como seu envolvimento com o time, registrado nos anais do futebol local desde 2005, a propósito do que indagou ao secretário sobre iniciativas que pudessem trazer maior entusiasmo e esperança aos torcedores do “Cavalo de Aço”. Logo depois, o parlamentar ressaltou que sua intervenção não configurava uma crítica, mas uma manifestação da voz da população imperatrizense, que ansiava por um apoio mais significativo ao time local, momento em que reconheceu as limitações orçamentárias do Estado, reconhecendo a existência de demandas igualmente importantes de outras equipes, como o Sampaio Corrêa e o Moto Club, ocasião em que ponderou, no entanto, que o futebol de Imperatriz necessitava de um incentivo diferenciado, dada a importância que representava para a comunidade regional. Nesta oportunidade, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa argumentou que, apesar de o estado possuir recursos limitados, seria possível destinar uma parcela específica para o apoio ao “Cavalo de Aço”, momento em que frisou que a equipe não buscava privilégios, mas uma contribuição justa e condizente com o potencial e a tradição que representa para o esporte maranhense, após o que observou que estados com estruturas esportivas mais modestas, em comparação ao Maranhão, já haviam se tornado referências nacionais, o que evidenciava a viabilidade desse tipo de apoio. A seguir, o parlamentar incentivou o secretário a deixar um legado positivo à frente da pasta, participando ativamente do fortalecimento do futebol local e, assim, consolidando seu nome na história do esporte estadual, sugerindo que, ao promover ações de apoio ao Cavalo de Aço e a outras equipes tradicionais, a Sedel contribuiria significativamente para o desenvolvimento social e esportivo da região. Por fim, o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa classificou sua manifestação como desabafo construtivo, reiterando o respeito e a gratidão pela presença do secretário na Casa Legislativa, após o que concluiu expressando otimismo quanto ao compromisso da gestão estadual com o fortalecimento do esporte no município de Imperatriz. Na sequência, o vereador Jhony dos Santos Silva destacou a importância da obra de reforma do Estádio Municipal Frei Epifânio da Badia, que já se estendia pelo terceiro ano da gestão do governador Carlos Orleans Brandão Junior, a propósito do que disse esperar que as ações necessárias não permanecessem apenas na teoria, mas fossem efetivamente concretizadas. Em seguida, o vereador ressaltou a carência de um centro de treinamento adequado para o time do “Cavalo de Aço”, mencionando a dependência de terceiros para o desenvolvimento das atividades da equipe, sugeriu a implantação de um centro de treinamento com estrutura completa, incluindo refeitório e dormitórios, a fim de proporcionar melhores condições de preparação aos atletas. Logo depois, o parlamentar abordou a proposta de criação de um Museu do Esporte em Imperatriz,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

ressaltando a importância de se preservar a memória de ex-jogadores que contribuíram para o futebol local, a respeito do que argumentou que o espaço permitiria às futuras gerações conhecerem e valorizarem o legado deixado por esses atletas, o que estimularia o sentimento de pertencimento e o interesse pelo esporte. Nesta oportunidade, o edil também mencionou a necessidade de cobrir integralmente as arquibancadas do Estádio Frei Epifânio da Badia, destacando que a ampliação da cobertura tornaria o estádio mais confortável e atrativo, além de embelezar o espaço, transformando-o em um cartão-postal para a cidade. Por fim, o vereador Jhony dos Santos Silva enfatizou que o esporte municipal não se resumia ao futebol, citando modalidades como a corrida de rua, o ciclismo, o futsal feminino, o *badminton* e o *skate*, momento em que mencionou, com orgulho, a skatista Rayssa Leal, conhecida como "Fadinha do Skate", como exemplo de talento local que alcançou destaque internacional, após o que concluiu solicitando ao secretário que considerasse, com atenção, as necessidades dessas outras modalidades. Logo depois, o edil Wallassy de Oliveira Barros destacou o apreço e o reconhecimento pelo trabalho do "professor Getúlio" [secretário municipal de Esporte, Lazer e Turismo, Getúlio Ferreira Melo Júnior], figura que, segundo ele, fora uma influência significativa em sua trajetória no esporte, especialmente no vôlei. Logo depois, o vereador assinalou que, ao se tratar de esporte, a atenção costuma ser centralizada no futebol, o que resultava no esquecimento de outras modalidades igualmente relevantes. Ressaltou que a visita do secretário era de grande importância para Imperatriz, uma vez que abria espaço para o diálogo sobre a construção de ginásios nos bairros da cidade, estruturas que poderiam contribuir de maneira significativa para a integração social e o fortalecimento de vínculos familiares, considerando o poder do esporte na promoção desses aspectos. Nesta oportunidade, o vereador voltou a mencionar o "professor Getúlio", a quem atribuiu conquistas significativas no esporte local, incluindo títulos estaduais e nacionais, momento em que citou o caso da skatista Rayssa Leal, que, conforme suas palavras, fora negligenciada em seu potencial, mas conquistara projeção internacional, a propósito do que comentou que existiam muitas outras "Rayssas" com potencial semelhante que necessitavam de incentivo e apoio para desenvolverem suas habilidades. A seguir, o vereador Whalassy de Oliveira Barros reiterou a importância de investimentos em ginásios poliesportivos acessíveis aos moradores dos bairros de Imperatriz, proporcionando a oportunidade de prática esportiva desde a infância, momento em que lembrou a relevância dos Jogos Escolares, evento que, no passado, mobilizava as escolas e a população local, promovendo a integração e a celebração do esporte. Por fim, solicitou ao secretário Naldir que desse atenção especial a essas demandas. Nesta ocasião, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado se dirigiu ao secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, para mencionar um amigo em comum, o "senhor Jessé", após o que expressou gratidão pela presença do secretário na Câmara e destacou a relevância do trabalho realizado pelo "professor Getúlio" [secretário municipal de Esporte, Lazer e Turismo, Getúlio Ferreira Melo Júnior] no desenvolvimento do esporte local. Logo depois, a parlamentar solicitou ao secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, atenção especial à certificação de projetos esportivos inscritos na Lei de Incentivo ao Esporte, a propósito do que



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

argumentou que havia em Imperatriz uma significativa quantidade de empresas, o que, segundo ela, possibilitava o financiamento de diversos projetos sociais por meio de renúncia fiscal, momento em que reforçou a importância de se considerar a cidade como polo regional e de avaliar com zelo as solicitações de certificação enviadas à Sedel.] A seguir, a vereadora comentou a relevância das escolinhas esportivas, que atendiam crianças e adolescentes em diversas modalidades, como futebol, futsal, vôlei e *hip-hop*, enfatizou que essas iniciativas não apenas incentivavam a prática esportiva, mas também promoviam inclusão social e valores educacionais, e lembrou que o período de inscrições de novos projetos na Lei de Incentivo ao Esporte se encontrava aberto e sugeriu que o secretário orientasse as equipes locais interessadas em participar desse processo. Por fim, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado reafirmou a importância de apoiar o desenvolvimento esportivo em Imperatriz, destacando o potencial de crescimento e a tradição esportiva da cidade, após o que manifestou ao secretário Naldir de Jesus Vale Lopes votos de sucesso em sua gestão. Ao retomar a palavra, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, afirmou que a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer - Sedel estaria à disposição para discutir, ouvir demandas e oferecer o apoio necessário, momento em que ressaltou que o governador, também entusiasta do esporte, apoiava as iniciativas da pasta. Em seguida, destacou a recente inauguração do Ginásio Castelinho, considerado o melhor do Norte e Nordeste, com estrutura completa, incluindo-se alojamentos adaptados para diferentes temperaturas, academia e suporte para atletas de Imperatriz, sempre que solicitado. Além disso, mencionou a construção do primeiro ginásio de paradesporto do Estado, destinado a pessoas com deficiência, obra viabilizada pelo ministro do Esporte, André Fufuca [André Luiz Carvalho Ribeiro], cujo início estava previsto para março, ao lado do Castelinho. O secretário enfatizou que as ações estavam sendo conduzidas com seriedade, compromisso e responsabilidade. Nesta oportunidade, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, frisou que, na semana seguinte, enviaria ofício ao presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, informando o andamento da reforma da cobertura do Estádio Frei Epifânio da Badia, cuja obra estava paralisada havia três anos. Ele explicou que o Governo do Estado havia assumido a reforma, com aporte financeiro do Governo Federal, no valor de R\$ 3.900.000,00. Nesse sentido, relatou que, no dia seguinte, realizaria reunião final com o superintendente da Caixa Econômica Federal - CEF para resolver pendências que impediavam o avanço do processo. O secretário contou que, anteriormente, o engenheiro responsável havia apontado diversas questões, que foram sanadas pela equipe, mas novas pendências surgiram, o que levou à decisão de substituir o profissional. Ele destacou que o presidente da CEF, de forma solícita, assumira pessoalmente o compromisso de solucionar o problema, inclusive visitando Imperatriz com o apoio de Getúlio [secretário municipal de Esporte, Lazer e Turismo, Getúlio Ferreira Melo Júnior], que prestou toda a assistência necessária. Por fim, o secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, reafirmou o compromisso de finalizar o processo [relativo à reforma do Estádio Municipal Frei Epifânio da Badia] e prestar contas à Câmara Municipal, concluindo que a reunião do dia seguinte seria decisiva para resolver as questões pendentes. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Freitas Júnior, agradeceu pela presença do secretário estadual de Esporte, Naldir de Jesus Vale Lopes, e do secretário municipal de Esporte, Lazer e Turismo, Getúlio Ferreira Melo Júnior. Na sequência, expôs a discussão a Indicação de autoria do vereador Whelberson Lima Brandão, que apontou a necessidade da pavimentação asfáltica ou recapeamento das Ruas Dom Pedro I e II, momento em que destacou a importância da Rua Dom Pedro II, acesso de quem vinha do Estado do Tocantins, a qual necessitava de intervenções urgentes para a melhoria de suas condições de tráfego, após o que mencionou a Rua Dom Pedro I cujo estado de conservação era crítico, quase intrafegável, onde se faziam necessários serviços de recapeamento ou execução de operação tapa-buraco no trecho que se iniciava na Rua Beta e seguia até a via que dava acesso à praia do Cacau. Por fim, o parlamentar reforçou a necessidade de atenção às duas vias, ressaltando que as intervenções propostas trariam benefícios significativos à mobilidade urbana e à segurança dos usuários. Ao fazerem uso da palavra, solicitaram permissão para subscrever a matéria os edis Francisco Messias da Silva, Adriano Lima Brito, Mesaac Cirqueira Santiago, Rubem Lopes Lima, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Jhony dos Santos Silva, Raymara Carvalho Lima Cruz, João Ferreira da Gama Júnior, Adriano Lima Brito, Rosângela Aparecida Barros Curado, Jorgiana Pinheiro Sousa e Wanderson Manchinha Silva Carvalho. Nessa oportunidade, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz enfatizou a relevância das Ruas Dom Pedro I e II para toda a cidade, momento em que lamentou que o desastroso governo anterior houvesse deixado a malha viária da cidade em total abandono. Como não se registrasse mais nenhum pronunciamento, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Indicação Nº 61/2025, que recebeu a aprovação unânime dos edis participantes. Neste ínterim, o segundo-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, propôs a apreciação em bloco das demais Indicações em Pauta, em virtude do horário adiantado e da necessidade de especial atenção à matéria constante da Ordem do Dia, proposta que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Na sequência, o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, expôs a discussão, em bloco, as demais Indicações em Pauta, momento em que o vereador Francisco Messias da Silva ressaltou que a proposição de sua autoria [Nº 68/2025], dizia respeito ao bloqueamento das Ruas Venezuela, Colômbia, Costa Rica e Panamá, bem como da revitalização da Av. Brasil, no Jardim América. Em seguida, o edil Aurélio Gomes da Silva comentou que a Indicação [Nº 35/2025] de sua autoria requeria a construção de quadra poliesportiva na Escola Municipal Machado de Assis, na Vila Nova. Ao se manifestar, a vereadora Terezinha de Oliveira Santos comentou que a Indicação de sua autoria [Nº 71/2025] pleiteava, em caráter de urgência, a instalação de Unidade Básica de Saúde - UBS no Povoado Nova Bacaba, localizado na Estrada do Arroz [Rodovia Padre Josimo Tavares - MA-386]. Ao fazerem uso da palavra, o vereador Rubem Lopes Lima solicitou permissão para subscrever a matéria de autoria da colega Terezinha de Oliveira Santos. Instantes depois, o edil Walassy de Oliveira Barros declarou que era a retomada do serviço de segurança e limpeza do Panelódromo o objeto da Indicação [Nº 112/2025] de sua autoria. Ao fazer uso da palavra, o vereador Rubem Lopes Lima se dispôs



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

a subscrever a matéria de autoria do vereador Walassy de Oliveira Barros. Ao fazer uso da palavra, o vereador Jhony dos Santos Silva informou que a construção de posto de saúde e creche escolar no Colina Park era o objeto da Indicação [Nº 104/2025] de sua autoria. Ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os vereadores Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Raymara Carvalho Lima Cruz e Rubem Lopes Lima. Ao se pronunciar, a parlamentar Jorgiana Pinheiro Sousa denunciou que a UPA do São José [Unidade de Pronto Atendimento], objeto da Indicação [Nº 129/2025] de sua autoria, encontrava-se em situação alarmante, com infiltrações, mofos, goteiras sobre maca e falhas no sistema de ar-condicionado, o que afetava não só a estrutura do prédio, mas a saúde e o conforto dos pacientes e profissionais, de modo que, pela garantia de atendimento mais eficiente, humano e digno, tanto aos pacientes como aos profissionais de saúde, requeria a recuperação estrutural urgente dessa unidade, onde estivera em um dia de muita chuva, quando a água caía dentro da unidade. Ao fazer uso da palavra, o edil Rubem Lopes Lima solicitou permissão para subscrever a matéria da colega Jorgiana Pinheiro Sousa. Logo depois, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho comentou que o objeto da Indicação [Nº 97/2025] de sua autoria era o recapeamento da Avenida Estocolmo, cuja importância destacou, observando que muitas pessoas não reconheciam o nome “Estocolmo”, mas identificavam a avenida como aquela localizada próximo ao cemitério do Bairro Vilinha, utilizada como retorno para o bairro. Nesse sentido, o parlamentar explicou que, atualmente, o acesso à região pela Rua do Arame estava facilitado, uma vez que esta via fora contemplada com recapeamento recente; no entanto, o problema principal ocorria no retorno, especialmente para os moradores que vinham do Parque Alvorada, do Bairro Vilinha e de toda a região, pois a Av. Estocolmo estava em condições precárias, quase intrafegável. Por fim, o edil Wanderson Manchinha Silva Carvalho reforçou o pedido de recapeamento em toda a extensão da avenida, ressaltando a necessidade de melhorias para garantir a mobilidade e a segurança dos usuários. Ao fazer uso da palavra, o edil Rubem Lopes Lima se dispôs a subscrever a matéria de autoria do colega Wanderson Manchinha Silva Carvalho. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação, em bloco, das Indicações constantes da Pauta ainda não votadas [Nº 61/2025, Nº 78/2025, Nº 97/2025, Nº 104/2025, Nº 112/2025, Nº 129/2025 e Nº 35/2025], as quais receberam aprovação unânime dos edis presentes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação do Projeto de Lei Ordinária Nº 1/2025, de autoria do Poder Executivo, que Dispõe sobre a revogação da Lei Municipal Nº 1.703/2017, que ‘Institui o Serviço Público de Estacionamento Rotativo no Município de Imperatriz’, assim como o Decreto Municipal Nº 017/2018, e dá outras providências”. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a proceder à leitura da matéria constante da Ordem do Dia, que incluía Parecer das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável à referida matéria. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a única



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 1/2025. Nesta ocasião, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz comentou que a proposição representava o atendimento a anseio antigo da Câmara Municipal e da população local, momento em que lembrou que, ainda em 2020, alguns vereadores já haviam tentado revogar a referida legislação, mas o processo não prosperara devido vício de iniciativa, visto que partira do Legislativo. Em seguida, a parlamentar ressaltou que a nova proposta, desta vez encaminhada pelo Poder Executivo, corrigia essa irregularidade e permitia que a Casa Legislativa enfim atendesse ao interesse popular. Argumentou que a manutenção do sistema de estacionamento rotativo, no modelo então vigente, gerava prejuízos ao erário municipal e descontentamento generalizado entre os cidadãos. A vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz destacou, ainda, que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJ havia analisado o projeto com o devido cuidado e responsabilidade, emitindo parecer favorável à revogação. Enfatizou que a medida não significava o abandono da organização do estacionamento na cidade, mas sim a busca por um modelo mais eficiente e adequado à realidade local. Por fim, a parlamentar Raymara Carvalho Lima Cruz solicitou o apoio dos colegas parlamentares à aprovação do projeto, afirmando que a medida contribuiria para a melhoria da mobilidade urbana e para a satisfação dos cidadãos imperatrizenses. Ao fazer uso da palavra, o edil Whalassy de Oliveira Barros lembrou que a Lei Municipal [Nº 1.703/2017] que instituía o serviço público de estacionamento rotativo no município sempre fora controversa, já que, ao mesmo tempo em que era legal, porque organizava o trânsito, da forma em que fora implementada consistia em uma fábrica silenciosa de multas que causava prejuízo à população, de modo que era a favor da revogação, com vistas à formulação de novo diploma legal mais apropriado à realidade de Imperatriz. Logo depois, o vereador João Ferreira da Gama Júnior argumentou que o modelo de estacionamento rotativo instituído na cidade havia prejudicado o acesso ao Centro, resultando em impactos negativos, como o aumento do desemprego, a propósito do que relatou que, assim como outros empregadores, ele também enfrentava dilemas ao lidar com funcionários, destacando que não poderia simplesmente demitir um pai de família, pois priorizava a geração de renda e empregos no município. Em seguida, o vereador fez um apelo emocionado aos colegas, sugerindo que a matéria fosse revisada com cuidado, sob perspectiva mais ampla, momento em que ponderou que era necessário considerar a realidade dos trabalhadores que utilizavam motocicletas para se deslocar, ressaltando que o custo do estacionamento rotativo ao longo de um mês poderia comprometer o salário recebido por esses funcionários. A esse respeito, o edil João Ferreira da Gama Júnior concluiu que, em muitos casos, o trabalhador acabaria “empatando” o mês de trabalho, ou seja, gastando o equivalente ao que ganhava apenas para pagar o estacionamento, após o que conclamou os colegas à luta por soluções mais justas e viáveis para a população. Na sequência, na condição de relator da Comissão Permanente de Obras, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho destacou que havia sido designado para analisar o aspecto jurídico do Projeto de Lei Ordinária [Nº 1/2025] em Pauta, atribuição em que, após avaliação técnica em conjunto com o corpo jurídico da Casa, essa Comissão entendera pela legalidade da matéria, de forma que votara favoravelmente à sua tramitação. Nesse



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

sentido, o parlamentar lembrou que, em passado recente, a Câmara Municipal já havia tentado revogar a lei que instituía a Zona Azul, em iniciativa liderada pelo então vereador e atual presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, mas o Judiciário havia entendido que a matéria não poderia ter partido do Legislativo. Agora, com a iniciativa do Executivo, ele afirmou que era o momento adequado de derrubar a Lei [Municipal nº 1.703/2017] objeto da matéria em discussão, ressaltando que a decisão não apenas atendia a aspectos jurídicos, mas também refletia a insatisfação popular. O vereador comentou que a revogação da Zona Azul havia sido recebida com grande entusiasmo pela população, comparando ao clima de uma final de Copa do Mundo o momento em que o prefeito Rildo de Oliveira Amaral, pro meio de um decreto no primeiro dia de governo, anunciara o fim da Zona Azul. A esse respeito, ele frisou que o contrato vigente era abusivo e que a insatisfação dos consumidores era evidente, uma vez que ninguém gostava de se sentir lesado. Instantes depois, convidou os colegas a votarem pela derrubada da lei, mas também a refletirem sobre o papel do Parlamento. Nesta ocasião, o edil Wanderson Manchinha Silva Carvalho destacou que, embora a lei houvesse sido aprovada pela Câmara Municipal, na nova legislatura era possível corrigir um erro do passado, votando de acordo com as convicções de cada um e sempre priorizando o que fosse melhor para Imperatriz. O parlamentar enfatizou a importância de um Legislativo independente, livre de interferências do Executivo, e criticou a forma como, em mandatos anteriores, este havia influenciado decisões legislativas, o que, em sua avaliação, prejudicava a autonomia da cidade. Por fim, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho adiantou que seu voto seria favorável ao fim da Zona Azul, mas deixou claro que, no futuro, estaria disposto a debater um novo modelo de estacionamento rotativo, desde que fosse organizado, justo e leal tanto para o cidadão quanto para o município. Por fim, reafirmou o compromisso com uma Imperatriz mais justa e livre. Ao se manifestar, o edil Rubem Lopes Lima ressaltou que aquele era um dia importante para o parlamento, mencionando que, assim como o vereador Manchinha [Wanderson Manchinha Silva Carvalho] havia afirmado em sua fala anterior, que a Câmara Municipal era a Casa das Leis, onde projetos e propostas da sociedade deveriam ser analisados com cuidado. Nesse sentido, o parlamentar enfatizou que, se um dia a lei do estacionamento rotativo havia sido criada, agora era o momento de revogá-la. A seguir, lembrou que Imperatriz era segunda maior cidade do Maranhão, com um polo comercial bastante aquecido, que atendia a toda a região tocantina, perspectiva em que ponderou que antes da implementação da Zona Azul era difícil estacionar em vias como a Av. Getúlio Vargas, próximo ao Calçadão, mas atualmente essa situação havia melhorado. No entanto, criticou a forma como a lei havia sido elaborada, destacando que os vereadores não haviam participado adequadamente do debate sobre o modelo de estacionamento rotativo adotado, o que gerou insatisfação e polêmica na cidade. Nesta oportunidade, o parlamentar considerou desproporcional o percentual de 90% que competia à empresa AlcaBox Ltda, responsável pela Zona Azul em Imperatriz, que repassava assim apenas 10% da arrecadação à Prefeitura, a propósito do que frisou que, em outras cidades onde o sistema de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

estacionamento rotativo era adotado, a prefeitura recebia percentuais maiores, como 30%, 40% ou até 45%, o que se convertia em valores que poderiam ser aplicados em melhorias do trânsito. Diante disso, o vereador Rubem Lopes Lima adiantou que votaria favoravelmente à derrubada da Lei [Municipal Nº 1.703/2017] objeto da matéria em Pauta, mas ressaltou que, em breve, o prefeito deveria enviar novo projeto de lei à Câmara, para que o tema fosse discutido de forma mais justa e transparente. Instante depois, o edil Rubem Lopes Lima afirmou que a Câmara Municipal era a casa do povo, onde se deveria debater o que era bom ou ruim para a sociedade, momento em que voltou a criticar o modelo de estacionamento rotativo adotado na cidade, no qual a empresa lucrava excessivamente, a Prefeitura recebia pouco e o cidadão era prejudicado. Por fim, declarou-se favorável a um sistema de estacionamento rotativo organizado, que não lesasse a população, sugerindo, por exemplo, que a primeira hora fosse gratuita e as seguintes, pagas, de forma que votaria pela revogação da lei, na expectativa de que novo projeto fosse enviado para discussão, em benefício da sociedade imperatrizense. Em seguida, o edil Adriano Lima Brito declarou que, como já registrara em redes sociais, julgava aquele momento político extremamente importante, após o que lembrou que a Zona Azul fora bandeira de quase todos os candidatos a prefeito de Imperatriz, após o que questionou se o Plenário analisava a revogação de lei por questões políticas, para ganhar voto, ou de forma técnica. Nesta ocasião, o vereador Adriano Lima Brito admitiu que como políticos os parlamentares precisavam agir como políticos, mas precisavam também travar uma discussão técnica, de modo que lamentava muito não haver tempo de discutir de forma técnica, porque o projeto de lei chegou com um regime de urgência e havia prazos a serem cumpridos. Nesse sentido, o edil Adriano Lima Brito afirmou que fizera questão de se aprofundar no tema, de maneira que, quando ficara sabendo da chegada à Câmara do projeto de lei em Pauta, fizera questão de lê-lo, assim como tentara ler o contrato firmado entre a empresa AlcaBox Ltda. e a Prefeitura, mas infelizmente este chegara a suas mãos somente no dia anterior e eram várias páginas. Nesta ocasião, o vereador Adriano Lima Brito acrescentou que procurara ler o relatório e que gostaria muito de haver lido também a sindicância realizada pela prefeitura, que apontava os erros e o porquê de pedir a revogação de uma lei que fora aprovada na Câmara Municipal, momento em que enfatizou que o contrato era absurdo, visto que somente 10% do valor auferido no sistema de estacionamento rotativo zona azul eram repassados ao município. Nesta oportunidade, o edil Adriano Lima Brito questionou o que vinha sendo feito com esses 10%, onde esse dinheiro estaria sendo investido, após o que observou que a cidade se encontrava havia quarenta dias sem a Zona Azul, que se encontrava suspensa [por meio de decreto do Poder Executivo], momento em que indagou se nesse período o trânsito de Imperatriz melhorara, se o estacionamento no Centro melhorara, ao que respondeu que, como usuário, não como vereador, afirmava que não melhorara, porque tentara estacionar no Centro e tivera de estacionar seu carro quase próximo à Praça da Bíblia, já que não conseguira estacionar nem nas transversais, do que deduziu que o Plenário discutia política de melhoramento do trânsito da cidade. Em seguida, o vereador Adriano Lima Brito ressaltou que havia unanimidade na Casa, onde todos queriam a



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

revogação da Lei [Municipal nº 1.703/2017] objeto da matéria em debate, momento em que opinou que o povo de Imperatriz queria essa revogação, mas com ressalvas, a propósito do que contou que realizara enquete, em sua rede social, em que sessenta por cento das pessoas haviam votado pela manutenção do serviço de sistema rotativo, mas com ressalvas, com melhoramentos. Nesta oportunidade, o edil Adriano Lima Brito lembrou que, em visita de comissão de parlamentares à Associação Comercial e Industrial de Imperatriz - ACII, os diretores dessa entidade haviam sido unânimes em pedir que os vereadores votassem pela permanência do estacionamento rotativo, a propósito do que ressaltou que não precisavam ouvir somente a classe empresarial, mas todas as partes, principalmente o povo de Imperatriz. A seguir, o edil Adriano Lima Brito adiantou que votaria pela revogação da Lei [Municipal nº 1.703/2017] objeto da matéria em discussão em virtude de vários absurdos verificados no contrato, mas esperava que o Executivo definisse uma solução para a problemática do estacionamento de veículos no Centro, visto que o serviço [de estacionamento rotativo] fora suspenso e não resolvera o problema, pelo contrário, surgiram muitos outros problemas. Nessa perspectiva, o vereador Adriano Lima Brito disse esperar que chegasse à Câmara Municipal novo projeto de lei sobre a instalação de novo sistema rotativo, a tempo de ser debatido, incluindo-se a convocação de audiência pública para ouvir o povo, que era a principal parte, assim como os empresários e as demais partes envolvidas. A esse respeito, o edil Adriano Lima Brito disse esperar que houvesse discussão técnica e não meramente política da nova proposta de organização do trânsito no Centro, para o bem da cidade e a felicidade do povo, após o que reafirmou que votaria pela revogação da Lei da Zona Azul. Em nova intervenção, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz reconheceu a validade da preocupação do colega Adriano Lima Brito quanto ao tempo disponível para a avaliação do Projeto de Lei Ordinária [Nº 1/2025] em pauta, mas afirmou que, como relatora da matéria, havia realizado análise criteriosa e responsável, em conjunto com a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação - CCJ, processo durante o qual os membros dessa Comissão haviam buscado acesso ao processo administrativo e à sindicância, contando com a participação do presidente dessa Comissão, João Ferreira da Gama Júnior, que acompanhou a busca desses documentos na Procuradoria. A parlamentar explicou que, após essa análise minuciosa do processo e do contrato, a CCJ emitiu parecer favorável à revogação da Lei Municipal nº 1.703/2017 e do Decreto Municipal nº 017/2018, após o que lembrou que, ao defender a revogação na Tribuna, argumentara que essa seria a oportunidade de elaboração de novo projeto de lei que trouxesse uma solução eficiente para o estacionamento rotativo e a organização do trânsito em Imperatriz, de forma transparente e sem prejuízos ao erário municipal nem descontentamento da população. Raymara Carvalho destacou ainda que a análise realizada pela CCJ fora técnica e isenta de influências políticas, visando representar os interesses do povo de Imperatriz, a propósito do que ponderou que, embora os vereadores fossem políticos por natureza, haviam atuado como técnicos durante a avaliação na Comissão, deixando a política de lado para garantir um parecer imparcial. Por fim, a vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz pediu ao colega Adriano Lima Brito que confiasse no trabalho



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

da CCJ, assegurando que essa Comissão tratara do assunto com responsabilidade e postura técnica, momento em que reforçou o apelo para que os colegas votassem a favor da revogação. Ao retomar a palavra, o vereador Adriano Lima Brito se dirigiu à colega Raymara Carvalho para esclarecer que, ao mencionar que o projeto havia sido e ainda era uma bandeira política, não se referira à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ da Casa, uma vez que nutria grande respeito pelo trabalho realizado por seus membros. Nesse sentido, afirmou que votaria a favor da revogação, justificando sua decisão com a confiança na responsabilidade e no empenho demonstrados pelos integrantes da Comissão, mas ressaltou que a discussão sobre o sistema de estacionamento Zona Azul continuava a ser uma questão política e expressou a esperança de que, com a revogação da lei vigente, fosse possível resolver de modo adequado os problemas de trânsito enfrentados pela cidade. Por fim, o parlamentar reafirmou que votaria a favor da revogação, não apenas por acreditar no trabalho técnico realizado pela CCJ, mas também por reconhecer que a manutenção da legislação vigente acarretava inúmeros problemas. Ao se pronunciar, o vereador Aurélio Gomes da Silva declarou que aquele era um dia muito esperado, destacando a importância do Projeto de Lei Ordinária nº 1/2025, que tratava da revogação da Lei Municipal nº 1.703/2017, relativo à Zona Azul. O parlamentar lembrou que o Projeto de Lei que instituía o sistema de estacionamento rotativo sempre fora polêmico, gerando intensos debates e discussões na Casa, momento em que lembrou que, na ocasião da aprovação da lei, votara contra, assim como outros vereadores, entre os quais Adhemar Alves de Freitas Júnior, Carlos Hermes Ferreira da Cruz, Manoel Conceição de Almeida e José Arimateia Pereira de Castro. Aurélio Gomes ressaltou que, desde o início, havia alertado sobre as falhas da mencionada Lei [Municipal nº 1.703/2017], que fora regulamentado por meio de decreto, após o que afirmou que, na época, já se sabia que o então prefeito Assis Ramos [Francisco de Assis Andrade Ramos] modificaria o projeto de forma prejudicial à cidade, o que, segundo ele, efetivamente ocorreu. O vereador observou que o contrato estabelecido beneficiava a empresa responsável pelo serviço em detrimento de Imperatriz, com a destinação de 90% dos recursos para a empresa e apenas 10% para o Município, sendo que, na prática, a cidade ficava com aproximadamente 4% a 5% do valor arrecadado. Ele enfatizou que a Zona Azul não trouxera benefícios para Imperatriz, mas, ao contrário, prejudicava os trabalhadores, que precisavam pagar entre duzentos a trezentos reais mensais para estacionar no Centro comercial, custo que, segundo ele, impactava significativamente o orçamento de quem vivia de salário, comprometendo gastos essenciais como educação e alimentação. Aurélio Gomes destacou que a maior parte dos candidatos a prefeito, incluindo-se o atual, Rildo de Oliveira Amaral, tiveram como bandeira o fim da Zona Azul, sem a intenção de substituí-la por outro projeto, a propósito do que argumentou que a maioria das cidades que haviam implementado sistemas semelhantes já os haviam retirado, pois não funcionavam, após o que sugeriu que o trânsito e o estacionamento poderiam ser organizados de outras formas, sem a necessidade de um modelo como o da Zona Azul. Por fim, o vereador Aurélio Gomes da Silva adiantou seu voto favorável à



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

revogação da Lei [Municipal nº 1.703/2017], visto que a Zona Azul somente trouxera prejuízos para Imperatriz e que havia indícios de corrupção por trás do contrato. Com a palavra, o vereador Francisco Messias da Silva iniciou sua fala cumprimentando o presidente Adhemar e a cidade de Imperatriz. Ele manifestou solidariedade aos trabalhadores da empresa responsável pelo serviço de Zona Azul, destacando sua preocupação, como sindicalista, com os possíveis desligamentos de funcionários, muitos deles pais e mães de família. No entanto, frisou que não era contra a Zona Azul em si, mas sim contra o projeto de lei e o decreto que a regulamentaram, considerando que o formato adotado fora inadequado. O parlamentar argumentou que a maioria da população de Imperatriz apreciava a ideia de um trânsito organizado e de um estacionamento rotativo, concordando com a fala do colega vereador Adriano. Ele ressaltou que cidades grandes necessitam de um sistema de estacionamento rotativo, uma vez que, atualmente, era difícil encontrar vagas no centro da cidade para usuários e clientes. Francisco Messias ponderou que era preciso olhar para a cidade como um todo, e não apenas para uma classe específica, mas criticou o formato do contrato, que, segundo ele, foi elaborado de forma equivocada, beneficiando alguns políticos em detrimento dos interesses da população e da cidade. O vereador destacou que o contrato precisava ser readequado, com mudanças em seu formato. Ele mencionou que uma das principais reclamações dos usuários e servidores era a falta de transparência sobre o destino dos 10% dos recursos arrecadados que deveriam ser destinados à cidade. Nesse sentido, concordou com a fala do vereador Manquinho, afirmando que poderia votar a favor da revogação. Ele explicou que, na época da aprovação do projeto, não era vereador, mas que, se fosse, não teria votado a favor do contrato. Francisco Messias enfatizou que, desde que assumiu o mandato em 2022, mantinha a mesma posição: não concordava em aprovar uma lei e, posteriormente, pedir sua revogação. Ele atribuiu essa contradição à falta de conhecimento ou à influência do Executivo sobre alguns colegas. O parlamentar elogiou a postura do presidente Adhemar, lembrando que, em ocasiões anteriores, alguns vereadores haviam mudado seus votos após serem pressionados pelo Executivo, algo que ele considerava inaceitável. O vereador declarou que nunca votaria contra a sociedade ou o povo de Imperatriz e que, por esse motivo, votaria a favor da revogação. Ele relembrou que, quando o Rildo de Oliveira Amaral anunciou a intenção de revogar a Zona Azul, a cidade comemorou. Francisco Messias reafirmou que votaria sempre com responsabilidade e cuidado, buscando não contradizer suas posições. Por fim, reiterou seu apoio à revogação do contrato da Zona Azul, argumentando que o modelo atual apresentava muitas falhas e que os recursos não estavam sendo devidamente revertidos para a cidade. Na sequência, o vereador Francisco Messias da Silva manifestou solidariedade aos trabalhadores da empresa responsável pelo serviço de Zona Azul [Alcabox Ltda.], destacando sua preocupação, como sindicalista, com os possíveis desligamentos de funcionários, muitos deles pais e mães de família, ocasião em que frisou que não era contra a Zona Azul em si, mas contra formato adotado, que fora inadequado. O parlamentar argumentou que a maioria da população de Imperatriz apreciava a ideia de um trânsito organizado



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

e de um estacionamento rotativo, concordando com a fala do colega Adriano Lima Brito. Ele ressaltou que cidades grandes necessitavam de um sistema de estacionamento rotativo, uma vez que, atualmente, era difícil encontrar vagas no Centro. Francisco Messias ponderou que era preciso olhar para a cidade como um todo, não apenas para uma classe específica, mas criticou o formato do contrato, que, segundo ele, fora elaborado de forma equivocada, beneficiando alguns políticos, em detrimento dos interesses da população e da cidade. O vereador destacou que o contrato precisava ser readequado, com mudanças em seu formato, a propósito do que mencionou que uma das principais reclamações dos usuários era a falta de transparência sobre o destino dos 10% dos recursos arrecadados que deveriam ser destinados à cidade. Nesse sentido, concordou com o posicionamento do vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho, afirmando que votaria a favor da revogação, momento em que declarou que, na época da aprovação do projeto, não era vereador, mas que, se fosse, não teria votado a favor do contrato, após o que enfatizou que, desde que assumira o mandato, em 2022, mantinha a mesma posição: não concordava em aprovar uma lei e, posteriormente, pedir sua revogação. Ele atribuiu essa contradição à falta de conhecimento ou à influência do Executivo sobre alguns colegas, em relação ao que elogiou a postura do presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, lamentando que, em ocasiões anteriores, alguns vereadores houvessem mudado o voto após serem pressionados pelo Executivo, algo que considerava inaceitável. O vereador Francisco Messias da Silva declarou que jamais votaria contra a sociedade ou o povo de Imperatriz, motivo pelo qual era a favor da revogação. Ele lembrou que, quando o prefeito Rildo de Oliveira Amaral anunciou a intenção de revogar a Zona Azul, a cidade comemorou. Nesta oportunidade, o edil Francisco Messias reafirmou que votaria sempre com responsabilidade e cuidado, buscando não contradizer suas posições. Por fim, reiterou seu apoio à revogação do contrato da Zona Azul, argumentando que o modelo atual apresentava muitas falhas e que os recursos não estavam sendo devidamente revertidos para a cidade. Ao se manifestar, a vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa declarou que a Zona Azul havia causado sérios transtornos à cidade, especialmente à população. A parlamentar argumentou que o sistema não trouxera benefícios concretos e que, em defesa da população e dos comerciários, posicionava-se a favor da revogação da Zona Azul. Jorgiana Pinheiro ressaltou que sua decisão estava alinhada com os interesses da população, uma vez que a maioria dos imperatrizenses também apoiava a revogação. Ela criticou o contrato vigente, afirmando que apresentava diversas falhas e beneficiava principalmente a empresa responsável pelo serviço, sem trazer vantagens para a população ou para os serviços públicos que deveriam ser realizados na cidade. Por fim, a vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa reafirmou seu compromisso com a população de Imperatriz, declarando-se totalmente favorável à revogação da Zona Azul. Com a palavra, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos iniciou sua fala concordando com as opiniões expressas pelos demais colegas sobre a Zona Azul, destacando que, desde anos, o sistema gerava uma sensação de impunidade. Ele afirmou que o contrato, na prática, havia se mostrado um grande negócio para alguns, mas um



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

péssimo negócio para o povo. O parlamentar ressaltou que, no dia anterior, todos os gabinetes dos vereadores haviam recebido informações sobre medidas que a empresa Alcabox Ltda. decidira implementar, algo que não ocorrera nos sete anos anteriores, nem por parte da gestão anterior nem por iniciativa da empresa. Rodrigo Passos argumentou que o verdadeiro papel da Zona Azul deveria ser garantir acessibilidade ao Centro, promovendo políticas públicas efetivas como contrapartida social. Ele destacou que, após o prefeito Rildo de Oliveira Amaral assumir uma posição alinhada com os anseios da sociedade e de muitos vereadores, a Alcabox propusera melhorias, como a criação de 30 novas vagas de emprego e a implementação de um cartão-comerciante, que beneficiaria trabalhadores que recebiam salário mínimo e pagavam entre duzentos e trezentos reais mensais pelo estacionamento. O vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos questionou por que tais medidas não haviam sido adotadas nos anos anteriores, concluindo que o contrato original fora elaborado como um negócio que não levava em consideração os interesses do povo. Por fim, o edil Rodrigo Passos antecipou seu voto favorável à revogação da Zona Azul, alinhando-se à relatora, à Comissão [Permanente de Constituição, Justiça e Redação] e ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral. Ele encerrou sua fala reafirmando seu apoio à decisão. Ao se pronunciar da Tribuna, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior destacou que o Projeto de Lei Ordinária nº 1/2025, em discussão, representava a primeira votação de um projeto de lei ordinária na atual legislatura, ressaltando a importância de analisar a proposta com cuidado. Em seguida, fez um retrospecto sobre o estacionamento rotativo em Imperatriz, remontando a 2016, quando candidatos a prefeito discutiam o tema em seus planos de governo, e a 2017, quando a Zona Azul foi instituída. Adhemar Freitas lembrou que, na época, parte da cidade apoiava a ideia de organizar o trânsito, mas o decreto regulamentador da lei fora considerado audacioso e gerou insatisfação entre os vereadores daquela legislatura. Ele relatou que os parlamentares buscaram diálogo com o prefeito para modificar o decreto, o que resultou na criação de novo decreto, com redução da área da Zona Azul e outras alterações. No entanto, o novo decreto foi publicado durante o recesso parlamentar, o que gerou descontentamento entre os vereadores. O presidente comentou que, após a licitação e a escolha da empresa responsável pelo serviço, a cidade começou a se sentir prejudicada pelo contrato, que destinava 90% dos recursos à empresa e apenas 10% ao município. Ele comparou essa divisão com modelos adotados em outras cidades, onde os municípios recebiam entre 30% e 40% da arrecadação, questionando por que Imperatriz havia aceitado um contrato tão desvantajoso. Adhemar Freitas afirmou que as respostas a essas questões surgiram rapidamente, sugerindo que o foco naquele momento estivera mais em negócios do que na organização da cidade. Ele relembrou que as reclamações da população levaram a manifestações públicas contra a Zona Azul, das quais ele e outros vereadores participaram. Na ocasião, fora proposta a revogação do Decreto [Municipal nº 017/2018], que foi aprovada, resultando na suspensão temporária do serviço. No entanto, a decisão fora questionada judicialmente e o Tribunal de Justiça do Maranhão determinou que a revogação deveria partir do Executivo,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

não do Legislativo. Desde então, a cidade conviveu com o contrato e as críticas ao modelo de estacionamento. Adhemar Freitas mencionou que, durante a campanha eleitoral seguinte, o tema da Zona Azul foi amplamente discutido, e o atual prefeito, Rildo de Oliveira Amaral, elegeu-se com a proposta de acabar com o sistema. Ele destacou que, no primeiro dia de gestão, o prefeito emitiu um decreto suspendendo a Zona Azul e, em menos de 60 dias, enviou à Câmara o Projeto de Lei para revogar a Lei [Municipal Nº 1.703/2017] e o Decreto [Municipal Nº 017/2018] anteriores. O presidente ressaltou que a Câmara distribuía a matéria aos vereadores e ouvira empresários, a população e a empresa responsável pelo serviço. Ele afirmou que o modelo atual de Zona Azul não atendia às necessidades de Imperatriz, gerando insatisfação generalizada e questionamentos sobre a destinação dos recursos, a forma de pagamento e a falta de transparência. Adhemar Freitas enfatizou que, mesmo com a revogação, a cidade continuaria a discutir o assunto, cabendo à atual legislatura repensar a organização do estacionamento e buscar um novo modelo. Ele relatou que conversou com o prefeito sobre suas preocupações e recebeu a garantia de que estudos sobre mobilidade urbana e organização do trânsito já estavam em andamento. Adhemar Freitas expressou confiança no prefeito [Rildo de Oliveira Amaral] e afirmou que a Câmara Municipal era o local para ouvir a população, criticando a falta de atenção da empresa e da Secretaria Municipal de Trânsito - Setran ao Legislativo no passado. O presidente afirmou que a discussão sobre a Zona Azul era política, pois os vereadores haviam sido eleitos para representar o povo e tomar decisões em seu nome. Ele destacou a importância de ouvir todas as classes sociais e tomar a melhor decisão para Imperatriz. Adhemar Freitas antecipou seu voto favorável à revogação da lei e do decreto, defendendo que o novo modelo de organização do estacionamento fosse discutido com a população. Ele encerrou sua fala reafirmando que os serviços públicos só funcionam quando combinados com o povo, dono dos mandatos e dos recursos públicos. Adhemar Freitas ressaltou que, como presidente da Mesa Diretora, não era obrigado a votar em sessões ordinárias, mas optava por fazê-lo, visto que era vereador eleito pelo povo. Ele lembrou que foi autor da lei que acabara com o voto secreto na Câmara e que não esconderia suas posições ou votos. Por fim, agradeceu à cidade de Imperatriz e aos colegas vereadores, celebrando a vitória do Executivo e do Legislativo em unir esforços para discutir e organizar a cidade com respeito e tempo de analisar, tecnicamente, o que fosse viável, cada proposta, para assim organizar Imperatriz, juntamente com o povo, todos unidos por Imperatriz. Neste ínterim, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, comunicou que o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa votaria *on line*. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a única votação nominal o Projeto de Lei Ordinária Nº 1/2025, que foi aprovado pela unanimidade dos vereadores participantes, na seguinte ordem: Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Whalassy de Oliveira Barros, João Ferreira da Gama Júnior, Raymara Carvalho Lima Cruz, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Adriano Lima Brito, Whelberson Lima Brandão, Whelberson Lima Brandão,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Rosângela Aparecida Barros Curado, Renata Sousa Nascimento, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Jhony dos Santos Silva, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Rubem Lopes Lima, Aurélio Gomes da Silva, Francisco Messias da Silva e Terezinha de Oliveira Santos. Logo depois, presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior anunciou o encerramento da votação e declarou que estava aprovado, com 20 votos favoráveis, o Projeto de Lei Ordinária Nº 1/2025, de autoria do Poder Executivo, que revogava a Zona Azul no Município de Imperatriz. O presidente parabenizou os vereadores e a cidade de Imperatriz, destacando que aquele era um momento de democracia vivenciado pelos imperatrizenses. A seguir, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, afirmou que a Câmara Municipal estaria pronta para dialogar com o Executivo, com a cidade de Imperatriz, com os sindicatos patronais, com os sindicatos dos trabalhadores e com a sociedade civil organizada, a fim de avançar na discussão sobre a organização e a mobilidade urbana da cidade. Por fim, concluiu que, naquele dia, era colocado um fim à Zona Azul de Imperatriz. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições no Grande Expediente, quando nenhum dos presentes se inscreveu. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 13 de fevereiro de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente

Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário

Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário